

Quanto vale o seu tempo?

Braulio Lalau de Carvalho (*)

Quem quer faz, quem não quer, inventa uma desculpa. Você, certamente, já ouviu essa frase, que mais do que um ditado popular, diz muito sobre gestão de tempo e prioridades

Todos os dias ouço pessoas, de todas as idades, dizendo que estão sobrecarregadas e que não têm tempo para estudar, praticar uma atividade física ou mesmo se organizar na entrega de suas tarefas profissionais. E isso é verdade. Vou te contar que tenho pensado muito em como usar, com sabedoria, minhas 24 horas todos os dias, de forma a procurar um equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Além de ser CEO de uma empresa de TI, pratico esportes, enfrento semanalmente uma ponte área, leio histórias para os meus filhos dormirem (muitas vezes via Skype), brinco com eles quando estamos juntos e estou me preparando para uma prova de triatlo. A reflexão que trago para você é: o quanto vale o seu tempo? Você dedica suas horas de forma adequada às tarefas e as pessoas que participam da sua vida?

Vou falar de esporte porque gosto, mas nem sempre foi assim. Já estive bem acima do peso e, por isso, um diretor me desafiou a alinhar o atingimento das minhas metas no trabalho com a minha perda de peso. Resolvi encarar o desafio, mas confesso que demorei um tempo para entender o quanto era difícil mudar. Felizmente, o resultado não poderia ser mais positivo.

Primeiro, emagreci mais de 20 quilos, porém não perdi apenas peso, foram tantas mudanças que penso ter “engordado em experiências e aprendizado”. O esporte me ajudou a conciliar minha agenda, me tornar mais disposto e até mesmo a observar melhor o mundo a minha volta. Sem medo de parecer clichê, foi andando de bike e correndo

que percebi que existiam patos e capivaras na Lagoa da Pampulha, próxima à minha casa.

Eu passava todo dia de carro por lá, mas apressado, nunca tinha visto. Não enxergava a cidade que eu moro. A corrida, que se tornou uma paixão na minha vida, também me ajudou a pensar em estratégia, resolução de problemas e enfrentar desafios. Ela me ensinou a refletir, pois quando estou correndo consigo conversar comigo mesmo e chegar a conclusões e soluções que muitas vezes não tenho sentado na mesa do trabalho.

Disposição para mudar pode vir de vários fatores. Lembro de uma vez que fui entrevistar um candidato para uma vaga na empresa e vi que ele tinha realizado muitas certificações e capacitações em um período curto de tempo. Muitas mesmo. Achei estranho, pois era quase impossível alguém se dedicar tanto tempo para concluir todo aquele feito em um pequeno espaço de tempo.

Foi durante a entrevista, que ele explicou que havia sofrido um acidente de moto e ficou acamado por um tempo. E, em vez de se lamentar, aproveitou para se especializar. Ele mostrou resiliência e foco, e eu o contratei principalmente por essa atitude positiva com a vida e com a conquista de uma ótima gestão de tempo.

Agora, estou me preparando para fazer uma prova de triatlo. Afinal, acredito que depois de nadar 3,8 km, pedalar por mais 180 km e correr por 42 km, qualquer problema ou dificuldade do dia a dia será ainda menor. E assim os desafios aumentam e os problemas diminuem.

Essa é a maneira que encontrei para fazer os meus dias mais felizes, buscar pique para dar conta da minha agenda e contagiar quem está do meu lado. E você, como passará o seu dia amanhã?

Lembre-se: você tem 24 horas.

(*) - É CEO da Orbitall, empresa do Grupo Stefanini.

Aprovada abertura facilitada de empresas de responsabilidade limitada

O Plenário do Senado aprovou o projeto que facilita a constituição de empresas individuais de responsabilidade limitada, as Eirelis

Segundo o texto, não será mais necessário um capital mínimo para formar essa modalidade de empresa. O projeto segue para a Câmara dos Deputados.

O Código Civil hoje permite a constituição da Eireli por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, não inferior a 100 vezes o salário mínimo. O projeto aprovado pelo Senado acaba com a obrigatoriedade desse capital mínimo e abre a possibilidade de constituição da empresa por pessoa natural ou jurídica.

O texto ainda permite a criação de mais de uma Eireli pela mesma pessoa. Como a legislação atual não autoriza isso, muitos donos de empresas agem na informalidade, por meio de “laranjas”. A matéria é de autoria da Comissão Mista de Desburocratização. Ao final dos trabalhos do grupo, foi aprovado



O projeto abre a possibilidade de constituição da empresa por pessoa natural ou jurídica.

um relatório, elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), com diversas propostas a serem analisadas pelos parlamentares.

A Eireli é uma categoria empresarial que permite a constituição de uma empresa com apenas

um sócio: o próprio empresário. Essa modalidade foi criada em 2011 com objetivo de acabar com a figura do sócio “fictício”, prática comum em empresas registradas como sociedade limitada, que antes só poderiam ser constituídas por, no mínimo,

duas pessoas. A Eireli permite a separação entre o patrimônio empresarial e privado. Ou seja, caso o negócio contraia dívidas, apenas o patrimônio social da empresa será utilizado para quitá-las, exceto em casos de fraude (Ag. Senado).

Documento particular de dívida poderá dispensar testemunhas

O Plenário do Senado aprovou o projeto que altera o Código de Processo Civil (CPC) para prever, como título executivo extrajudicial, o documento particular assinado pelo devedor, independentemente de testemunhas. A matéria segue agora para a análise da Câmara dos Deputados. Atualmente, o Código Civil requer duas testemunhas para que o documento seja considerado título executivo extrajudicial.

O projeto, de autoria da Comissão Mista de Desburocratização, acaba com a necessidade das testemunhas para simplificar o processo. As assinaturas de credor e de devedor serão suficientes.

Ao final dos trabalhos da Comissão, em dezembro de 2017, foi aprovado o relatório, elaborado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ao ressaltar que as testemunhas não estão presentes no momento da assinatura do contrato, e, sim, são cooptadas depois, quando o credor quer cobrar a dívida.

“Essa exigência legal de testemunhas mais se aproxima tempos longínquos e medievais, quando a autenticidade dos documentos era marcada pelo anel de sinete do rei”, observou. São considerados títulos executivos extrajudiciais, além do documento particular, a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque; a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o instrumento de transação referendado por órgão do governo, contratos de hipoteca, penhor ou seguro de vida, entre outros (Ag. Senado).

Construção de guaritas residenciais em quadras

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara aprovou o projeto do deputado Laerte Bessa (PR-DF), que pretende disciplinar a fixação de obstáculos nos limites nas quadras ou conjuntos residenciais, de forma a dificultar a entrada e saída de veículos, mas desde que não comprometa o direito de ir e vir dos cidadãos.

O relator, deputado Milton Monti (PR-SP), recomendou a aprovação. “O projeto vai bem ao propor uma solução que pode contribuir de forma significativa para a melhoria da segurança pública, sem comprometer a circulação das

Intervenção no Rio de Janeiro vai até dezembro, diz Witzel

O governador eleito do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), disse ontem (8) que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, reforçou as garantias dadas pelo presidente Temer de que as medidas a serem discutidas na reforma da Previdência são infraconstitucionais. Com essa garantia, a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro poderá prosseguir até 31 de dezembro.

“Minha única preocupação era se a intervenção sofreria alguma descontinuidade”, afirmou Witzel, que temia a interrupção ou mesmo a antecipação da data de conclusão da operação em decorrência da necessidade de votações, no Congresso



Governador eleito do Rio de Janeiro, Wilson Witzel.

Nacional, envolvendo alterações na Constituição Federal.

A Constituição não pode receber emenda, ser alterada ou modificada durante a decretação de estados de sítio, de defesa ou de intervenção federal. Em fevereiro, havia

98 propostas de emenda à Constituição (PECs) prontas para pauta do plenário da Câmara e que tiveram a votação suspensa em razão da intervenção federal no Rio de Janeiro.

Witzel disse desconhecer os pontos que poderão ser discutidos e eventualmente colocados em votação durante os debates da reforma da Previdência. A deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), confirmada para o Ministério da Agricultura, reuniu-se hoje com Bolsonaro. A parlamentar lembrou que a bancada ruralista, que engloba cerca de 260 parlamentares, é “pluripartidária”, mas disse que confia no apoio à reforma da Previdência (ABR).

TRF4 nega mais recursos da defesa de Lula

José Cruz/ABR



Um dos pedidos era para que o processo só andasse após o pronunciamento do Comitê da ONU.

O Tribunal Federal Regional da 4ª Região (TRF4) negou dois recursos apresentados pela defesa do ex-presidente Lula na ação que investiga se houve irregularidades na compra de um terreno para a construção de uma sede do Instituto Lula. Os pedidos, denominados “agravos regimentais”, tinham como objetivo solicitar uma reavaliação de dois habeas corpus pedidos pela defesa e negados pelo desembargador João Pedro Gebran Neto. A decisão foi divulgada ontem (8).

Um dos habeas corpus tinha como objetivo suspender a ação em que Lula é investigado por supostas vantagens, como a compra de um terreno para o Instituto Lula, em troca de benefícios ao grupo Odebrecht em diversas contratações da

Petrobrás. A defesa requereu que o processo só andasse após o pronunciamento do Comitê de Direitos Humanos da ONU. O desembargador João Pedro Gebran Neto avaliou que não havia precedente deste tipo de suspensão. E que o recurso ao Comitê da ONU deveria ocorrer após a defesa recorrer a todas as instâncias judiciárias, o que ainda não ocorreu.

O segundo habeas corpus negado questionava perícia feita pela Polícia Federal sobre o esquema de pagamentos da Odebrecht que teria sido usado para repasse de propina. Segundo a defesa, o laudo possui problemas e erros. O desembargador baseou sua negativa no argumento de que o prazo para o questionamento já foi aberto e se encerrou, não cabendo mais tal revisão (ABR).

Assinado decreto que regulamenta novo regime automotivo

Na abertura oficial do Salão do Automóvel, em São Paulo, o presidente Michel Temer assinou ontem (8) o decreto denominado Rota 2030, que regulamenta o novo regime automotivo. A assinatura ocorreu horas depois de o Senado aprovar a medida provisória criando o programa. O projeto de conversão decorrente da MP ainda será sancionado pelo presidente.

O programa estabelece um novo regime tributário para as montadoras de veículos no país, que em contrapartida terão de investir em pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias. Temer afirmou que a medida representa um “grande avanço para o setor e para o Brasil”.

Bem-humorado, o presidente admitiu que estava “afrito” com a possibilidade de o Senado não aprovar a MP e ele, ali no Salão do Automóvel, sair



O presidente Michel Temer examinando um veículo na abertura do Salão do Automóvel.

do local sob vaias. “[Mas] saio sob aplausos”. Temer visitou os stands, destacou a tecnologia avançada presente nos automóveis e defendeu as parcerias entre o governo e a iniciativa privada para o desenvolvimento econômico do país.

Segundo Temer, a partir do Rota 2030 haverá mais investimentos no país. “Aproxima edição [do Salão do Automóvel] poderá exibir mais avanços”, disse o presidente, lembrando que o setor representa 4% do PIB, soma de bens e serviços produzidos pelo país (ABR).

Senado não vota “pautas-bomba”

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, negou ontem (8) que a Casa vote “pautas-bomba” para afetar o próximo governo. De acordo com o parlamentar, o reajuste de 16,38% concedido aos ministros do STF e à procuradora-geral da República, não criam novas despesas para o Poder Executivo. O projeto foi aprovado e segue para sanção presidencial.

“Não houve acréscimo de despesa porque todos nós temos um teto. O Judiciário e o Ministério Público vão ter que adequar seu teto para pagar seus funcionários. Não houve acréscimo nenhum de despesa nesse caso. Houve acréscimo de determinada rubrica e o

Judiciário vai ter que cortar gastos em outros pontos para não ultrapassar o teto”, disse Eunício.

O presidente do Senado disse ainda que o Congresso não pode deixar de discutir e votar matérias — inclusive aquelas que fixam gastos para o Poder Executivo. Eunício Oliveira afirmou, no entanto, que está à disposição do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para discutir “adaptações” no Orçamento de 2019.

“Como temos mudança de gestor, um novo presidente, ele tem a liberdade de falar comigo quando quiser para discutir adaptações. Estou aberto para discutir qualquer matéria”, afirmou Eunício (Ag. Senado).